

A AÇÃO SOCIAL DA EMBRATER: AUTONOMIA DO PEQUENO AGRICULTOR OU ACUMULAÇÃO CAPITALISTA ?¹

JOÃO CARLOS CANUTO² e GUSTAVO M. QUESADA³

RESUMO - O presente trabalho visa explorar de forma preliminar a questão de quais as razões que justificam a existência de uma ação "social" no trabalho da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, quando seu "projeto" é essencialmente de transferência de tecnologia. Para responder a esta questão pensamos ser necessário estabelecer certas relações a nível sócio-econômico global: relação entre capital e Estado e relação capital/Estado com tecnologia. Especificamente se pretende responder à questão por três vias (complementares e associadas) - a ação "social", ao contrário do que prega o discurso desenvolvimentista da Empresa (desenvolvimento rural, redução da pobreza), se justifica: a) pela necessidade de acumulação de capital (reprodução da força de trabalho); b) pela necessidade de legitimação do Estado e c) pelo compromisso histórico humanista de uma parcela de técnicos da Empresa, os quais reagem à orientação meramente produtivista.

Termos para indexação: extensão rural, capitalismo agrário, pequena produção, EMBRATER, desenvolvimento rural.

EMBRATER'S SOCIAL ACTION: FARMER'S AUTONOMY OR CAPITALIST ACCUMULATION ?

ABSTRACT - EMBRATER, the Brazilian agency for rural extension mainly deals with technological diffusion. This paper questions the validity of its social action program. In order to answer this question it is necessary to establish relationships and inferences connecting technology and the State, plus these two and capital. Justification for the social action program is found in three levels of rationale: a) necessity of capital accumulation (man power renewal); b) necessity of State legitimization; and c) historical compromise of a few of the Agency's technicians.

Index Terms: rural extension, agrarian capitalism, small farmers, EMBRATER, rural development.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa explorar de forma preliminar a questão seguinte: o que explica a ação suplementar na área de "bem-estar social" no trabalho da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), quando o "projeto" da Empresa é essencialmente de transformação tecnológica, mesmo junto aos pequenos agricultores?

Para responder a esta questão pensamos ser necessário estabelecer certas relações

¹ Recebido em 06 de julho de 1983.
Aceito para publicação em 02 de maio de 1984.

² Mestrando em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria - CEP 97100 - Santa Maria, RS.

³ Professor do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria - CEP 97100 - Santa Maria, RS.

a nível sócio-econômico global: relação entre Capital e Estado e relação Capital/Estado com a Tecnologia. Dentro destas relações mais amplas, ficaria melhor visualizada a função específica da EMBRATER, ou seja, a sua função específica de aparato de Estado para a transformação tecnológica na agricultura.

O Estado nasceu, segundo Engels (1982) "da necessidade de conter antagonismos de classe, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa". Na sociedade capitalista, o Estado emerge, pois, das classes detentoras do capital. Salama (1980) coloca isto claramente: "Quando se consideram o Estado e o capital como duas entidades separadas, a primeira mantendo relações com a segunda, não se pode apreender os limites da intervenção do Estado". Ao se fazer tal separação se chegaria à formulação de uma idéia de Estado neutro, acima das classes.

A clássica análise de Marx em cima de infraestrutura/superestrutura parece continuar útil em vários aspectos quando se analisa o Estado. O Estado, colocado em um nível superestrutural jurídico-político, reflete (ainda que de forma contraditória) a base material da sociedade: na sociedade capitalista, reflete a subjugação do trabalho ao capital.

Tomando também o Estado como superestrutura, Althusser (1980) coloca que é a partir da reprodução (reprodução das forças produtivas e das relações de produção) que se torna possível e necessário pensar o que caracteriza o essencial da natureza da superestrutura.

Os interesses de acumulação capitalista estão cada vez mais ligados à intensificação da produtividade do trabalho por via da tecnologia. A tecnologia ganha lugar de destaque entre as forças produtivas no capitalismo avançado, assim como a força de trabalho era a principal força produtiva na época da revolução industrial. Isto quer dizer que a extração da mais-valia se dá hoje, mais do que nunca, pela utilização de tecnologias sempre mais capazes de intensificar a produtividade do trabalho.

A tecnologia serve a interesses bem definidos de crescimento econômico e apropriação de classe do produto social. Colocadas as variáveis políticas do processo, fica descaracterizada a visão da tecnologia como portadora de neutralidade ou contendo uma racionalidade inerente de solucionar problemas humanos.

Se a tecnologia não pode ser encarada como neutra, por outro lado ela não representa unilateralmente os interesses do capital; a própria estrutura contraditória da sociedade faz com que o processo tecnológico não se torne nem neutro nem puramente ideológico.

A natureza contraditória da tecnologia, agora especificamente para a agricultura, é colocada também por Sousa e Singer (1982) quando afirmam que "a natureza qualitativa das tecnologias agropecuárias só pode ser entendida através do exame da base sócio material da qual ela é gerada (via uma série de escolhas e conflitos) e da investigação da habilidade (contraditória/funcional) que ela possui de servir ao processo de reprodução social (isto é, a criação e apropriação contínua de valor excedente)".

Se notarmos que "parte considerável dos trabalhadores agrícolas ainda retêm a posse dos seus meios de produção, e por conseguinte, o controle sobre a mudança técnica" (Sousa e Singer, 1982), poderemos ver a necessidade da intervenção do Estado na questão tecnológica da agricultura. Esta intervenção se dá por intermédio de diversas políticas/instituições agropecuárias, dentre as quais a EMBRATER.

A EMBRATER deixa claro nos seus documentos que a sua função específica é de "transferência de tecnologias" as quais são "propostas como solução aos problemas dos produtores rurais" (EMBRATER, 1975). A ação no campo se operacionaliza por meio de Projetos Finalísticos e Projetos de Suporte à Produção, os últimos auxiliando na consecução dos primeiros. Os Projetos Finalísticos englobam: a) projetos por produtos; e b) projetos de promoção de produtores de baixa renda. Correspondem à categoria de Projetos Finalísticos "aqueles projetos, cujas ações se orientam diretamente a operacionalizar os aspectos do processo de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial" (EMBRATER, 1979). Vê-se, então, que, mesmo a nível dos pequenos agricultores ("Produtores de Baixa Renda"), a função prática da Empresa é sempre de transferência tecnológica (pelos Projetos Finalísticos), ainda que se promovam projetos de "ação integrada" para este grupo. A própria EMBRATER endossa tal afirmação quando coloca que "deverá haver todo o cuidado em não dissociar a ação através de projetos integrados da sua linha geral de transferência de tecnologia" (EMBRATER, 1975).

Existe, por parte da EMBRATER, a preocupação recente de dar prioridade aos pequenos agricultores. Esta preocupação se faz sentir pelo discurso da Empresa, mas também pela sua prática nos últimos anos. Coloca-se que este trabalho visa "a redução substancial da pobreza absoluta da massa de famílias que não dispõem de um mínimo aceitável de condições de alimentação, saúde, educação e habitação" (EMBRATER, 1975). No entanto, a Empresa reconhece que deva trabalhar com os produtores que disponham "de condições estruturais que, embora insuficientes, constituem um potencial mínimo, capaz de ser estimulado e desenvolvido" (EMBRATER, 1979). Nota-se que a faixa da população rural incluída nos projetos de promoção de Produtores de Baixa Renda é constituída de produtores aptos a serem inseridos ao processo produtivo, e não uma faixa marginalizada de fato.

Mesmo dentro de uma faixa assistida pela EMBRATER, além do trabalho propriamente tecnológico, existe uma parcela, ainda que mínima, de ações de cunho "social", tais como programas de educação, nutrição, saúde, higiene, habitação, etc. Ao nível do discurso estas ações se justificam pela busca do desenvolvimento social e redução da pobreza rural (EMBRATER, 1975). Queremos tentar uma análise que melhor identifique as razões destas "ação social" suplementar a ação tecnológica. Para tanto, lançamos aqui uma discussão preliminar que procura responder a questão enfocando três aspectos principais: a necessidade de acumulação capitalista; a necessidade de legitimação do Estado; o compromisso humanista histórico de uma

parcela de técnicos da Empresa, os quais fazem da Extensão também um campo de conflito.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ACUMULAÇÃO

Para que a acumulação do capital se efetive é necessário que haja produção, e para tanto, se torna premente que se reproduzam as condições que permitem esta produção. Assim, devem ser reproduzidas tanto as forças produtivas quanto as relações de produção (Althusser, 1980). A reprodução das relações de produção, ainda que seja importante para esta secção, será tratada com mais profundidade na secção III. Aqui parece mais importante focalizar a questão da reprodução das forças produtivas, e dentro disto, principalmente a reprodução da força de trabalho.

Para haver acumulação é necessário que o capital forneça as condições mínimas para que o trabalhador possa se reproduzir como trabalhador. É necessário que o capital forneça uma remuneração ao trabalho para que o trabalhador cubra suas necessidades básicas. Neste contexto é importante observar que o ítem alimentação tem sido um dos ítems de maior peso. Produzir e fornecer alimentos a baixo custo faz parte de uma estratégia acumulativa global.

Se formos ver quem constitui o público de pequenos agricultores atendidos pela EMBRATER poderemos notar que, apesar de fazerem parte de uma camada das menos privilegiadas do setor rural, ainda detém um mínimo de terra e instrumentos de produção, além de disporem de uma razoável força de trabalho familiar. Têm, pois, condições reais ou potenciais de produzir, e quando orientados, podem desenvolver seu potencial no sentido de produzir excedentes agrícolas. Note-se que eles são hoje responsáveis pela produção de grande parcela dos alimentos no Brasil (Silva et alii, 1980), como arroz, trigo, milho, feijão, mandioca, entre outros tantos produtos. Esta produção é oriunda de pequenos imóveis rurais operados com força de trabalho familiar, constituindo um pequeno excedente por imóvel, mas que capilarizados de forma muito intensa, surgem como principal fonte produtora de alimentos, formando no conjunto, um grande excedente apropriável. Neste sentido, Oliveira (1981) bem coloca a "funcionalidade" dos setores produtores de alimentos dentro do contexto da acumulação capitalista, pela reprodução da força de trabalho urbano-industrial. O autor afirma que a agricultura "cumprindo um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema fornecendo os alimentos tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia". A própria EMBRATER reconhece a importância dos pequenos agricultores do ponto de vista econômico: "Embora representem pequenas parcelas de produção, os excedentes comercializados, quando tomados em conjunto, influem de maneira efetiva na oferta global interna de alimentos e matérias-primas" (EMBRATER, 1979). A produção destes bens internos torna-se inevitável, segundo Oliveira (1981) pois eles fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho de uma massa urbana (do setor industrial e de serviços), custo este que deve se manter baixo.

O trabalho da EMBRATER junto aos pequenos produtores rurais parece ser um trabalho que se preocupa em dinamizar a "vocalização" da pequena produção em gerar alimentos. Para tanto faz uso tanto de uma orientação de racionalidade "francamente capitalista" como do aproveitamento e dinamização da racionalidade própria do pequeno produtor (por exemplo, com as chamadas "tecnologias adaptadas"). Assim, mesmo com formas tecnológicas diversas, procura-se acelerar o processo de produção de excedentes alimentares.

Para que se possa elevar a produtividade dos produtos alimentícios a EMBRATER procura introduzir novas tecnologias ou utilizar tecnologias tradicionais racionalizando o uso dos fatores de produção. Como muitas vezes os pequenos agricultores dispõem de condições mínimas, eles só podem responder à orientação tecnológica depois de um certo encaminhamento nos itens básicos da sua própria reprodução, quais sejam, educação, nutrição, saúde, habitação, etc. Os próprios documentos da EMBRATER deixam passar esta orientação: "Para aumentar a eficiência de seu trabalho na linha de transferência de tecnologia aos produtores de baixa renda, a EMBRATER reconhece a necessidade de desenvolver um programa de ações integradas, incluindo os campos de nutrição e saúde, educação não-profissionalizante e capacitação de mão-de-obra" (EMBRATER, 1975). São ações que visam "ampliar a capacidade de assimilação da tecnologia pelo produtor e sua família prepará-lo para responder aos estímulos que lhe são oferecidos" (EMBRATER, 1979).

Parece que se responde, em parte, à questão colocada de início do porquê dos programas sociais da EMBRATER, quando se analisa a própria necessidade da reprodução da força de trabalho rural como condição para a reprodução da força de trabalho urbana. Deste modo, a EMBRATER colabora com o processo acumulativo, não só pela ação diretamente de assistência técnica, mas também pela assistência social como base para melhorar a assimilação da tecnologia, e como consequência, como base para o processo acumulativo global.

EXTENSÃO RURAL E LEGITIMAÇÃO

O processo de acumulação acima mencionado tende a gerar sempre conflitos pois se funda numa troca desigual — o trabalhador gerando todo o produto social e recebendo por seu trabalho uma remuneração ínfima, comparada ao montante produzido. Lensky (citado por Habermas, 1980) afirma que, "porque a reprodução de sociedade de classe se baseia na apropriação privilegiada de riqueza produzida socialmente, então estas sociedades precisam resolver o problema da distribuição do excedente do produto social desigualmente e, ainda assim, legitimamente".

Como a classe dominante assegura sua dominação num sistema de trocas desiguais, é uma questão complexa e mutável dentro do tempo. Não se pretende responder aqui a esta questão de maneira original, mas apenas levantar possibilidades que parecem válidas hoje. Mesmo a famosa formulação de Marx sobre a ideologia (Marx,

1982) não é totalmente suficiente para responder à questão (apesar de constituir ainda o elemento básico). Marx responde dizendo que "as idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes isto é, a classe que é força 'material' dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força 'espiritual' dominante".

Habermas (1980) nos diz que, para haver a troca desigual e, ao mesmo tempo, que seja legítima, as sociedades "agem por intermédio de força estrutural, isto é, ao fixar um sistema de normas observadas, incluindo aí a distribuição assimétrica das possibilidades legítimas de satisfazer necessidades". É fundamental que haja um reconhecimento destas normas. O mesmo autor vê que "o reconhecimento factual de tais normas não se fundamenta, sem dúvida, apenas na crença em sua legitimidade por aqueles afetados". Ele crê que está "também baseada no medo e na submissão indiretamente através de sanções ameaçadoras, bem como na obediência engendrada pela percepção individual da sua própria impotência e da falta de alternativas abertas".

A legitimação se dá por múltiplas vias. Tomam importância: a) a divisão de classes "em si" da sociedade, mostrando a impotência material das classes subalternas, o que, em última instância "promove" a paz social; b) a inculcação da ideologia dominante (e aí cabe destaque a ideologia da ascensão social) por meio de uma rede diversa de aparelhos (todo o complexo de comunicação de massa e o sistema cultural); e c) a repressão e o controle (nos quais se especializam novas formas de "inspeção, monitoragem e controle de indivíduos e instituições", conforme Kahn e Wiener, 1969).

A legitimação é "acionada" tanto quanto se fizer necessário colocá-la em prática. Esta medida é dada pelo "índice" de mobilização das classes subalternas. Muitas vezes as próprias conquistas das classes dominadas são "apropriadas" pelas classes dominantes e transformadas em suas próprias conquistas, numa orientação clara de legitimação. Por outro lado, a própria necessidade de remunerar o trabalho e de fornecer um programa social mínimo toma vulto no discurso da classe dominante — transforma-se uma política social necessária ao capital em argumento em favor do "desenvolvimento social". Este é o caso, em parte, da política específica de ação social da EMBRATER junto aos pequenos produtores de alimentos. Deste modo se assegura a reprodução das forças produtivas (principalmente da força de trabalho, mas também dos itens suplementares a ela, como saúde, educação, habitação, etc.) como vimos em II, como também se assegura a reprodução das relações de produção via ideologia/legitimação.

Quando a EMBRATER coloca que sua política social se encaminha à consecução do desenvolvimento rural e à diminuição da pobreza rural e, ao mesmo tempo trabalha só com os agricultores que têm condições estruturais a serem desenvolvidas para a produção de excedentes (ignorando uma vasta camada de trabalhadores mais marginalizados, como os sem terra, os bóias-frias e outros), fica expressa a busca de legitimação por meio de uma ideologia que encobre a real orientação da ação social. Parece, aqui também, que se responde, em parte, à questão da existência da polí-

tica social da EMBRATER, tal como colocada no início deste trabalho.

A EXTENSÃO RURAL COMO CAMPO DE CONFLITO

Trouxemos à discussão até aqui duas questões que pretendiam responder ao problema proposto. Dissemos que a ação social da EMBRATER se justificava pela necessidade de acumulação e pela necessidade de legitimação, que se fazia em decorrência dos conflitos gerados pela acumulação. Estas duas respostas parciais podem levar à idéia de que o Estado seja monolítico e determine suas políticas de modo absolutamente unilateral. Na verdade, o Estado, como retrato da sociedade, não se configura como algo monolítico assim como suas instituições. A própria EMBRATER tem no seu quadro de técnicos um potencial de oposição à orientação produtivista. Estes grupos buscam concretizar o que se prega ao nível do discurso, ou seja, o desenvolvimento rural, de forma a dar condições de equidade no setor, em favor às maiorias populacionais. Às vezes este interesse, que é sincero, é, no entanto colocado de forma ingênua.

A Extensão Rural no Brasil iniciou procurando desenvolver um programa social forte. As razões para isto são diversas. Entre outras denota-se a necessidade de penetração e afirmação do trabalho extensionista. No entanto criou-se uma "filosofia" entre os extensionistas pioneiros de que a Extensão deveria ser, sobretudo uma "missão" e essa "mística extensionista deve ser mantida a todo o custo" (parte de um discurso de um dos extensionistas pioneiros do Brasil, o Sr. Geraldo Oscar Domingues Machado, em EMBRATER, 1979(a)). Este idealismo se transformou e tomou novas dimensões, mas não desapareceu. Hoje, principalmente os extensionistas ligados à área social estão em luta contra a concentração de ações na área de transferência tecnológica em produtos, principalmente de exportação. Prova disto é a declaração de extensionistas da EMATER-RS, com as quais tivemos contato, as quais colocavam que "os agrônomos estão só fazendo Assistência Técnica quando o nosso papel é de Extensão Rural".

Pode-se dizer que, como uma terceira resposta parcial a questão inicial, nem todas as políticas sociais da EMBRATER são políticas de fornecimento de um mínimo de condições materiais, mas que a quantidade e as formas destas políticas sociais são determinadas também, em parte, pela pressão da sociedade, notadamente pela pressão de grupos pertencentes a instituição, os quais buscam de fato reverter as orientações de acumulação do capital, transformando-as em orientações que aumentem a autonomia dos pequenos agricultores e a inclusão de faixas mais marginalizadas dentre os beneficiários dos programas extensionistas. Neste sentido, há também uma inevitável busca de mudança dos conteúdos da Extensão — a procura de uma ação verdadeiramente educativa, ainda que isto não implique em se deixar de trabalhar com a orientação técnica, que aliás, é fundamental.

Para finalizar, poderíamos colocar que as respostas sugeridas aqui não podem ser isoladas uma das outras, nem há como medir a relevância relativa de cada uma com-

paradas às outras. Ainda se pode dizer que estas respostas não se pretendem globalizantes na cobertura do problema, nem tampouco definitivas.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa, Presença, 1980. p.11.
- EMBRATER. **Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho**. Brasília, 1975. p. 14-75.
- . **Marco de referência para o planejamento no SIBRATER: período programático 1977/1979**. Brasília, 1979.
- . **Trinta anos de extensão rural no Brasil: pronunciamentos**. Brasília, 1979. (a)
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. p.193.
- HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980. p.122.
- KAHN, H. & WIENER, A. J. **O ano 2000**. São Paulo, Melhoramentos, 1969. p.86.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo, LECH, 1982. p.72.
- OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis, Vozes, CEBRAP, 1981. p. 25-7.
- SALAMA, P. Estado e capital: o Estado capitalista como abstração real. In: ———. **Trabalho e dominação**. Petrópolis, Vozes, CEBRAP, 1980. p.126.
- SILVA, J. F. G. da et alii. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo, HUCITEC, 1980. p. 160-70.
- SOUSA, I. S. F. de & SINGER, E. G. **Tecnologia e pesquisa agropecuárias: considerações preliminares sobre a geração de tecnologia**. s. l., s. ed., 1982. p. 18-20.